



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DE NATUREZA ESPECÍFICA.

EDUARDO JOSÉ MENDANHA

Orientadora Prof^a Dr^a Rosana César de Arruda Fernandes

Tutor-Orientador Prof^o Ms Evanilson Araújo Santos

BRASÍLIA, DF.

Dezembro, 2015

Eduardo José Mendanha

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DE NATUREZA ESPECÍFICA.

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em coordenação pedagógica sob orientação da Profa. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e do tutor orientador Prof. Ms Evanilson Araújo Silva.

Eduardo José Mendanha

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO EM UMA ESCOLA DE NATUREZA ESPECÍFICA.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rosana César de Arruda Fernandes – CAB/UnB
(Professora-orientadora)

Prof. Ms. Evanilson Araújo Santos – SEEDF
(Tutor-orientador)

Prof. Ms. Elvis Vilela Rodrigues – SEEDF
(Examinador Externo)

Brasília, Dezembro de 2015

A José Mendanha e Marília Mendanha, meus pais

A Eliane Mendanha, minha esposa

A Pedro e Artur, meus filhos

Dedico esta obra.

AGRADECIMENTOS

À Deus por me guiar à luz do saber.

Aos meus mestres de minha caminhada pelo mundo do conhecimento registro meus agradecimentos. E aos que virão, serão sempre muito bem vindos.

Aos meus pais que me deram na retidão de suas ações, o equilíbrio necessário para minha formação como ser humano.

À minha incansável esposa, que em suas palavras e ações me motivou para que aqui chegasse.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente [...].

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia aborda um estudo de caso sendo constituído de pesquisa teórica e prática, realizada como requisito para o título de Especialista em Coordenação Pedagógica. Com o título: O Processo de Construção do Projeto Político-Pedagógico em uma Escola de Natureza Específica. A presente pesquisa foi realizada em uma escola pública da Asa Sul – CIEF (Centro Interescolar de Educação Física), tendo como objetivo geral: Analisar o processo de construção do projeto político-pedagógico em uma escola de natureza específica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e como objetivos específicos: Identificar quais segmentos da comunidade escolar contribuíram para a construção do projeto político-pedagógico da escola e ainda, analisar a avaliação de diferentes sujeitos (Diretor, coordenador pedagógico e professor regente) envolvidos na construção do projeto político-pedagógico e que significados essa participação contribuiu para o trabalho pedagógico. Na metodologia utilizada pretendeu-se estabelecer parâmetros dentro de uma abordagem qualitativa. Assim sendo foi notória a participação coletiva na construção do PPP da escola embora ainda se torna necessária a constante mobilização do grupo para que este documento não perca a sua vivacidade no chão da escola.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Participação coletiva; Coordenação Pedagógica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 METODOLOGIA.....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Histórico: As Conquistas na Educação.....	16
2.2 A Gestão Democrática na Escola: Princípios Fundamentais.....	17
2.3 A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico.....	18
2.4 A Coordenação Pedagógica: Espaço-Tempo de Construção do Projeto Político-Pedagógico.....	22
3 ANÁLISE E REFLEXÃO DOS DADOS.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICE.....	33

INTRODUÇÃO

Minha passagem acadêmica pela extinta Fundação Educacional foi marcada por muitas experiências positivas e outras nem tanto mas, que se tornaram base fundamental para crescimento pessoal que ainda hoje faz com que busque enfrentar os desafios para uma educação de qualidade.

Há treze anos sou professor da Secretaria de Educação do DF dois quais os últimos três como coordenador pedagógico do CIEF (Centro Interescolar de Educação Física), onde o cotidiano escolar não se diferencia das demais escolas, nos convidando ao desafio da organização do trabalho pedagógico que é perene.

Historicamente a educação no Distrito Federal vem ganhando significativos avanços através de leis que se traduzem na prática pedagógica no chão da escola, apontando um norte, evidenciando assim as lutas da comunidade escolar e em especial dos professores, na perspectiva de uma educação voltada aos anseios de sua comunidade.

Falar em educação de qualidade pressupõe estar atento às diversas vertentes intrínsecas na responsabilidade de seus atores em consonância com as demandas emergentes de uma sociedade em constante movimento onde a cada momento surge uma informação nova através dos meios de comunicação.

Com isso, algumas inquietações que ocorrem nas escolas precisam de uma mobilização da comunidade escolar para que sejam debatidas e formalizadas através de documentos que apontem um caminho a seguir, facilitando assim as relações em oposição ao individualismo e buscando no seu cotidiano as ações que valorizem o pertencimento e o senso de grupo, coeso e sensível às mudanças no fazer pedagógico.

Esta posição é reforçada com a contribuição de Silva (2004, p. 11):

É preciso considerar que o trabalho docente é essencialmente coletivo, uma vez que é realizado em um contexto em que vários outros sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros.

Considerando esta realidade e inserido neste cenário da educação como professor regente em uma escola de natureza específica, onde este termo caracteriza que o atendimento aos alunos é feita por meio das escolas tributárias ou seja, vindos de outras escolas, algumas inquietações fizeram parte do meu pensar pedagógico, fato este que levou a alguns questionamentos do tipo: qual o real envolvimento dos profissionais que ora deveriam apresentar o pertencimento como forma de valorização do pedagógico e da docência para a busca da qualidade da educação pública no Distrito Federal.

A partir daí surgem alguns problemas que ganham uma atenção diferenciada e que são eles; Que desafios enfrenta uma escola de natureza específica ao se propor construir o seu projeto político-pedagógico? Como se dá esse processo de construção do PPP da escola? Quais são os aspectos que viabilizam e os que inviabilizam a construção de seu projeto político-pedagógico?

Atuando como coordenador pedagógico há mais de três anos em uma escola de natureza específica, escola esta que atende cerca de três mil e quinhentos alunos da rede pública de ensino e a comunidade, fez com que voltasse o meu olhar com os objetivos de:

Objetivo Geral:

Analisar o processo de construção do projeto político-pedagógico em uma escola de natureza específica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Objetivos Específicos:

- Identificar quais segmentos da comunidade escolar contribuíram para a construção do projeto político-pedagógico da escola;
- Analisar a avaliação de diferentes sujeitos envolvidos na construção do projeto político-pedagógico e que significados essa participação contribuiu para o trabalho pedagógico.

Fato este que permitiu a ampliação de conhecimento e visão acerca das questões que estão diretamente relacionadas com a qualidade da educação.

1 METODOLOGIA:

Com o objetivo de tornar o conhecimento em algo considerado científico comprovando assim sua veracidade, se faz necessário eleger o método que possibilitou trilhar esse conhecimento, para Gil (2011, p. 8) “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimento intelectuais técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

A presente pesquisa em seu contexto trará como metodologia um estudo de caso, dentro de uma abordagem qualitativa, onde serão aplicados questionários com questões fechadas e abertas, análise documental do projeto político-pedagógico da escola pesquisada ,o questionário será aplicado para o gestor (diretor), coordenador pedagógico e professor regente para posterior análise, contribuindo assim para a elaboração deste trabalho com um certo espírito investigativo, contemplando as melhores respostas visando alcançar o objetivo principal deste estudo, além de facilitar o registro de dados e a sua posterior análise. Sendo assim, Vieira (2010, p 89);

Um estudo de caso é um tipo de pesquisa qualitativa que se caracteriza por pretender estender os ensinamentos obtidos no acompanhamento sistemático de um caso individual para situações e contextos mais gerais.

Segundo Gil (2011, p 57), “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados”.

Ao contrário de uma pesquisa quantitativa que foca um padrão numérico, a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos contidos em determinado grupo social opondo-se a um modelo único de pesquisa para todas as ciências, colocando o pesquisador como sujeito e objeto da pesquisa.

O meio de pesquisa se dará com a análise documental do PPP do CIEF e a aplicação dos questionários realizados dentro do espaço de coordenação

pedagógica sendo proposto um total de três questionários que serão aplicados; um para o membro da equipe de gestores (diretor), um para o coordenador pedagógico e por fim para um professor regente.

Foram elencadas no referido questionário um total de nove perguntas do tipo aberta e de múltipla escolha a serem preenchidas pelos membros representantes escolhidos e entregues ao pesquisador.

A pesquisa será realizada no CIEF (Centro Interescolar de Educação Física) escola esta de natureza específica da Secretaria de Estado de Educação, localizada na SGAS 907 Área Especial do Plano Piloto/Asa Sul. A Escola possui uma particularidade onde todos os professores e gestores são professores de Educação Física. Atualmente sua estrutura atende à estudantes do CEMEB (Centro de Ensino Médio Elefante Branco) como curricular, recebendo também oito escolas de tempo integral o PROEITI contemplando ainda a comunidade com os projetos especiais.

Criado pela resolução nº 14/77 em 16 de Fevereiro de 1977, o Centro Interescolar de Educação Física (CIEF). Em reunião ordinária realizada pelo Conselho Diretor da Fundação Educacional de DF, passa a integrar a direção de Educação e Desporto Estudantil do Departamento geral de Pedagogia da FEDF, tendo em vista o que constava do processo nº 52099/76 – FED.

Sua criação teve como objetivo prestar atendimento às escolas tributárias CEMEB, CASEB e Setor Leste e dar suporte, com treinamento para seleções estudantis que disputavam os Jogos Escolares do Distrito Federal. Sendo em 1995 encerradas as atividades como estabelecimento de ensino.

Em 26 de Dezembro de 2011, com a mudança da estrutura administrativa da SEDF, o CIEF voltou a ser um centro integrado de Educação Física. No ano de 2014 com a direção eleita pela comunidade escolar, passa a atender as escolas do Programa de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI, com aulas complementares de educação física, o CEMEB, CEF 1 da Vila Planalto e o CEF 2 do Plano Piloto com aulas de educação física na proposta curricular da SEEDF além dos projetos especiais no atendimento à toda comunidade escolar em conformidade do Currículo em Movimento do Distrito Federal (PPP-CIEF).

Até o ano de 2013 o CIEF não havia construído o seu projeto político-pedagógico fato este que impossibilitava diversas ações, dificultando assim o planejamento nas suas mais variadas vertentes. Começava aí a mobilização para dar ciência à comunidade escolar da importância que este documento trazia.

Nesse sentido, a elaboração do PPP-CIEF iniciou-se com a ampla discussão do plano de trabalho da equipe gestora tendo sido eleita de forma democrática ao final do ano de 2013. Sua defesa ocorreu em audiências públicas sendo a proposta aprovada pela maioria da comunidade escolar, sendo enriquecida com o debate pedagógico desde então. Com o início do ano letivo, todo o processo foi retomado em 2014, período em que foram realizadas reuniões específicas e setorializadas para a elaboração do PPP, ampliando-se gradativamente a participação da comunidade escolar, a partir das orientações pedagógicas da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB e da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto – CRE-PP, sob a coordenação da Gerência de Educação Básica – GEB e da equipe diretiva da escola.

[...] Importante ressaltar que o presente documento foi escrito coletivamente, segundo as diversas percepções e olhares daqueles que buscaram torná-lo mais que “um documento para atender às cobranças institucionais, numa perspectiva meramente burocrática que corrobora com a alienação, mas sim um documento resultante de um processo coletivo de avaliação, estudo, reflexão, discussão, escrita e reescrita, principalmente, de decisão democrática. (PPP-CEF,2014, pag.06 apud Orientação Pedagógica da SEE, pag. 06).

No momento da construção de seu PPP o CIEF atendia a uma ampla comunidade escolar, composta por seus servidores, pelos estudantes e pais de nove escolas tributárias. Acarretando um grande desafio na articulação de saberes e práticas, missões, objetivos e metas estabelecidas em cada um dos projetos pedagógicos.

Atualmente o atendimento no CIEF conta, em sua maior parte, com alunos da rede pública de ensino vindos das mais diversas regiões administrativas e do entorno além do plano piloto no caso dos projetos especiais, conforme quadro a seguir.

ESPELHO DE ALUNOS DO CIEF/2015

TURNO	ESCOLA			2ºANO-EM	3ºANO-EM	TOTAL GERAL
MATUTINO	Alunos CEMEB			492	408	902
	Alunos PROEITI	E.C 204 Sul	178	-----	-----	178
		E.C 209 Sul	167	-----	-----	167
		E.C 413 Sul	196	-----	-----	196
		E.C 407 Norte	175	-----	-----	175
	Alunos PROJETO			144		144
TOTAL GERAL DE ALUNOS/MATUTINO						1.762

TURNO	ESCOLA			1ºANO-EM		TOTAL GERAL
VESPERTINO	Alunos CEMEB			628		628
	Alunos PROEITI	E.C 08 Cruz.	342	-----	-----	342
		E.C 05 Cruz	153	-----	-----	153
		CEF 01 Planalto	117	-----	-----	117
		CEF 02 Brasília	222	-----	-----	222
	Alunos PROJETO			213		213
TOTAL GERAL DE ALUNOS/ VESPETINO						1.675

TOTAL GERAL DE ALUNOS DO CIEF MAT/VESP	3.437 ALUNOS
---	---------------------

Uma análise do quadro, no que se refere ao quantitativo de alunos, é possível observar o elevado número de alunos, que são atendidos no CIEF, além disso também chama atenção a diferença de faixa etária recebendo alunos dos anos iniciais ao ensino médio e a comunidade externa.

Essa diferença de faixa etária atendida ao longo do dia gera um certo desconforto por parte de alguns professores que sentem dificuldades, pois precisam adequar-se metodologicamente, mudando o método aula a aula.

Porém esses conflitos são trabalhados dentro da coordenação pedagógica através da formação continuada, com cursos que foram ministrados durante o ano letivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico traz o embasamento científico necessário para a análise crítica do processo de construção do projeto político-pedagógico de uma escola de natureza específica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e a coordenação pedagógica como possível espaço para sua efetivação.

Para isso este capítulo será dividido em quatro blocos sendo eles; um breve histórico de conquistas com vistas aos preceitos democráticos da participação, a seguir será analisado o espaço de coordenação pedagógica e seus preceitos, em seguida a dimensão política do projeto político-pedagógico e por fim, será feita uma revisão do que vem a ser a gestão democrática.

2.1 Histórico: As Conquistas na Educação

A historicidade da educação pública no Brasil foi marcada por várias lutas de seus sujeitos permeadas de conquistas e derrotas que fizeram parte do que hoje representa todo um conjunto de práticas educacionais em constante movimento na superação de desafios, traçando assim o viés do que hoje buscamos dentro de um ensino público de qualidade.

Com o fim dos governos militares pode-se perceber um significativo crescimento e avanço nas questões educacionais traduzidas em leis que fossem de encontro com os anseios de uma sociedade que buscava a legitimação de suas ações na construção do saber sistematizado. A partir daí com a promulgação da constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a educação passa a ser anunciada como uma das prioridades do governo.

O espaço escolar torna-se possível com a democratização do ensino, ampliando assim o leque de possibilidades aos sujeitos da comunidade escolar e a todos que através dela buscam as condições necessárias para o crescimento sócio cultural.

No Distrito Federal o espaço da coordenação pedagógica é resultante do extenso caminhar de conquistas políticas por parte dos professores, através de lutas históricas travadas durante anos, com vistas à melhoria da qualidade da educação pública, se tornando um marco diante dos demais estados brasileiros.

2.2 A Gestão Democrática na Escola: Princípios Fundamentais

A gestão democrática proposta e consagrada pela constituição federal de 1988 aborda as questões pedagógicas, financeiras e administrativas, trazendo assim uma ruptura histórica nas práticas e fazeres administrativos da escola, na tentativa de contemplar aspectos como exclusão social, reprovação e manutenção do aluno em sala de aula, implicando em ações que visem as classes menos favorecidas e devolvendo o processo e produto do trabalho pelos educadores.

A gestão democrática está contemplada no art. 3º, inciso 8 da LDBN como princípio da educação nacional a ser definida pelos sistemas de ensino. No Distrito Federal a Lei 4.751/2012 reforça esta luta histórica conquistada esta, de toda a comunidade escolar e suas entidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações no tocante à gestão democrática:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios;

I. Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Vivenciada nos conselhos escolares, conselhos de classe, grêmios estudantis na construção, manutenção, reformulação e aplicação do projeto político-pedagógico, eleição de diretor e vice-diretor dentre outros, a gestão democrática

reitera a participação ampla e democrática dentro da escola, conforme as palavras de Marques (1990, p.21):

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação.

A gestão democrática propõe o repensar da prática e de todas as questões relativas à tomada de decisões pedagógicas no chão da escola, desvinculando a verticalização na estrutura de poder da escola, socializando o coletivo atenuando o individualismo, fazendo assim com que a escola não seja mera executora de propostas vindas de cima para baixo.

Para Rios (1982, p.77),

Se pensamos na liberdade na escola, devemos pensá-la na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na relação destes com o contexto social mais ampla.

Com isso as diversas formas de participação se torna assegurada a partir do momento em que a liberdade de cada um seja contemplada em um processo de construção coletiva com vistas a uma horizontalidade de participação, rompendo assim com a passividade de seus sujeitos com vistas à ampliação de propostas democráticas que assegurem a ampla participação de todos.

2.3 A Dimensão Política do Projeto Político-Pedagógico.

Com a LDBN 9.394/96 a lei de diretrizes e bases da educação nacional, foi aprovada pelo congresso nacional em 17 de Dezembro de 1996, promulgada em 20 de Dezembro e publicada no diário oficial da união de 23 de Dezembro de 1996 que traz em seu Art 12º:

I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

E em seu Art 14º:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola

A participação efetiva na tomada de decisões no chão da escola, ganha força fazendo assim com que o corpo docente obtivesse autonomia na construção efetiva de seu projeto pedagógico. Porém ainda nos dias de hoje o que se observa é a fragmentação da organização do trabalho pedagógico em muitas escolas de rede de ensino público do Distrito Federal.

Dentro de uma concepção de construção coletiva, a gestão democrática ganha força através da lei 4.751 de 7 de fevereiro de 2012 no Distrito Federal, fazendo valer a participação da comunidade escolar podendo-se destacar a eleição da equipe de gestores da escola, os conselhos escolares, a coordenação pedagógica a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola dentre outros. A construção do PPP se torna um instrumento que contrapõe-se à fragmentação do trabalho pedagógico dando a escola uma identidade única.

O regimento interno das escolas de ensino público do Distrito Federal contempla o projeto político-pedagógico a seguir:

Art. 154. A unidade escolar deverá elaborar democraticamente o Projeto Político Pedagógico - PPP de acordo com o documento “Orientação Pedagógica – Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas”, observando os demais documentos legais que normatizam o Sistema Público de Ensino do Distrito Federal.

Reforçando esta autonomia pedagógica da escola pública, a Lei 4.751 do DF traz:

Art. 4º Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação.

Destaco aqui o PPP onde “Projeto” vem do latim “*projectu*” do verbo “*projicere*”, que significa lançar para diante, indicando a ideia de futuro, algo que ainda está por vir. O grande desafio está na elaboração e implementação do PPP segundo Venâncio (2005, p 117) “a decisão de ampliar as relações humanas no ambiente escolar saindo de um processo de individualidade para uma coletividade reflexiva é um desafio enorme que os educadores deverão superar para elaborar e gestar um PPP”.

Uma conquista histórica dos professores do Distrito Federal e de alguns estados é o espaço da coordenação pedagógica onde a construção coletiva ganha força viabilizando as ações construídas a várias mãos, oportunizando assim as práticas pedagógicas na busca da melhoria da educação nas escolas de ensino público.

Objeto de estudos em âmbito nacional o projeto político pedagógico, vem recebendo um olhar atento de profissionais engajados em sua melhoria e aprimoramento com vistas a uma qualidade de ensino que atenda aos anseios de uma comunidade escolar cada vez mais aberta, e firme ao seu compromisso social na formação do cidadão participativo e consciente democraticamente.

O presente estudo visa analisar de como se deu o processo de construção do projeto político pedagógico em uma escola de natureza específica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, concebido em uma organização do trabalho pedagógico da escola, na busca do atendimento aos anseios e demandas que este documento visa dar significado, criando assim uma identidade própria pautado em demandas oriundas de dentro dos muros da escola e também em sua comunidade atendida, dando voz à todos os sujeitos envolvidos, dentro do que entende se por gestão democrática.

Com isso a elaboração e implementação do projeto político-pedagógico de uma escola, se torna um grande desafio a ser enfrentado pela equipe gestora, professores, servidores em educação, pais e alunos.

Neste sentido, o projeto político-pedagógico nos convida à uma reflexão coletiva na busca da superação de desafios que ora presente em todas relações, que em um primeiro momento pode causar estranheza e fragmentação de uma

comunidade escolar, se mostra capaz de superar a todas adversidades no momento de sua implementação e acompanhamento, tornando assim um documento norteador de ações coletivas. Sendo assim;

[...] O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo da escola” (VEIGA,2002, p. 1).

O projeto indica um norte, aponta uma direção ao qual todos devem seguir dentro de um processo de construção à várias mãos, superando assim a individualidade e a fragmentação do trabalho que se faz necessário em um ambiente escolar, permeado por sujeitos constituídos de vivências, tornando-os assim singulares.

Dentro dessa concepção Meurer (2010, p 99) nos diz:

[...] o projeto político pedagógico resulta na aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos nos vários segmentos da escola, pois eles são capazes de ver o mundo da vida nos seus diferentes contextos. Esse projeto da escola é a expressão das diversidades que se especificam na singularização da instituição.

Sendo político e também pedagógico tem uma significação indissociável e a todo momento requer uma constante reflexão e discursão das variáveis que a cada momento pode estar se fazendo presente, pois o processo educacional acontece de uma forma dinâmica, exigindo assim um movimento cíclico rompendo assim com a rotina nas relações tanto pessoais como pedagógicas.

Em análise do PPP na escola onde atuo como coordenador pedagógico traz:

[...] Gestão democrática que destaca a participação coletiva como elemento que permeia todo seu processo de construção, considerando a existência de variados sujeitos sociais ativos na escola; os sujeitos influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate; a construção da identidade da escola- resultante das intervenções dos diferentes atores sociais e a escola, espaço vivo de debate dos desafios e das alternativas para o seu enfrentamento.(Projeto Político Pedagógico – CIEF 2014/2016).

Para a possibilidade de construção de seu projeto político pedagógico, se torna necessário o convencimento de professores, equipe escolar e demais servidores na articulação de propostas de trabalho para que todos tenham consciência da real importância que este documento representa, facilitando assim as ações político pedagógicas da escola.

A verticalização de propostas perde força dando espaço à participação de forma a dar ouvidos a todos que, de uma forma ou de outra, se fazem parte integrante da equipe, reduzindo a possibilidade de um poder centralizador e verticalizado da equipe gestora.

Para Veiga (2003, p. 277),

Construir o projeto político-pedagógico para a instituição educativa significa enfrentar o desafio da inovação emancipatória ou edificante, tanto na forma de organizar o processo de trabalho pedagógico como gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder.

Oferecer à população uma educação de qualidade vai além de universalizar o acesso à ela, é convidar a todos para o exercício pleno da democracia, dando voz a todos os sujeitos que dela fazem parte, edificando assim o fazer pedagógico para que o processo contínuo de mudança, traga para dentro da escola e sentimento de que todos são responsáveis pela melhoria da educação.

De acordo com Veiga (2010, p. 106),

Essa articulação da população, na cobrança pela preservação dos direitos e das conquistas de outros, pode ser considerada uma perspectiva político-pedagógica e está associada à articulação do projeto escolar com o social. Isso porque pressupõe outra formação. Reconstruir o projeto político pedagógico da escola é pensar na viabilização formativa dessa sociedade à qual se aspira, necessária e desejada.

2.4 A Coordenação Pedagógica Espaço-Tempo de Construção do Projeto Político-Pedagógico.

Os primeiros registros da existência do que hoje se chama coordenação pedagógica, se deu por volta da década de 1960 que, era um espaço chamado “horário complementar” proposto ao trabalho conjunto entre os professores do ensino primário que hoje denomina-se anos iniciais do ensino fundamental, sendo considerado naquela época favorável à qualidade do ensino oferecendo “oportunidade de assistência pedagógica e crescimento profissional pelo intercâmbio de experiências entre professores” (ROCHA, 1969, p.30 *apud* ARAÚJO, 2010).

A partir daí lutas históricas e sucessivas tentativas de implementação e garantias deste espaço/tempo, no ano de 2000 finalmente a coordenação pedagógica é consagrada nas escolas de ensino público do Distrito Federal, quando todos os professores da rede com contrato de 40h semanais, passaram a dedicar 15h para a coordenação pedagógica, fato este que perdura até os dias de hoje.

A coordenação pedagógica hoje assegurada no cotidiano escolar está inserida em uma nova proposta de gestão escolar na qual a socialização de vivências e práticas pedagógicas se fazem presentes, caracterizando um espaço/tempo de ação e reflexão voltados para a reorganização do trabalho pedagógico da escola e do seu corpo docente pressupondo assim uma relação democrática onde a construção, implementação e constante avaliação do projeto político-pedagógico se faz necessário, estando este em consonância com as Políticas e Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

O regimento interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal do ano de 2015 traz:

Art. 119. A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico.

Com isso sua característica é de um espaço/tempo vivo dinâmico tendo a dialogicidade como uma de suas fundamentações propostas para que o processo de viabilização do PPP da escola seja uma constante assegurando assim, o enfrentamento dos desafios presentes no espaço escolar.

Nesta perspectiva, sendo a coordenação pedagógica um espaço onde o projeto político pedagógico se faz vivo, surge a necessidade de se compreender como se dá o processo de construção deste documento norteador de ações político-pedagógicas, em vistas a expandir suas possibilidades dentro da escola, gerando com isso uma “identidade” e tornando-a singular.

3 ANÁLISE E REFLEXÃO DOS DADOS

Em uma abordagem analítica e reflexiva deste capítulo teremos como foco uma pesquisa qualitativa através de questionários com perguntas abertas e fechadas direcionadas à três segmentos de profissionais sendo eles; 1 questionário direcionado ao diretor da escola, 1 voltado ao coordenador pedagógico e por fim 1 questionário para o professor regente totalizando em três o número de questionários entregues, sendo todos eles preenchidos e devolvidos.

Com o mesmo teor de perguntas no questionário para cada segmento, o mesmo trazia inquietações desta pesquisa sendo todo ele atrelado às problemáticas de que desafios enfrenta uma escola de natureza específica na proposição de se construir o seu PPP, como se dá esse processo e quais são os aspectos que viabilizam a construção de seu projeto político-pedagógico.

Em análise aos questionários respondidos em um primeiro momento, foi notório que os representantes dos três segmentos possuem um nível de formação de especialização o que sugere um engajamento maior com a educação.

Perfazem uma carga horária comum de 40h semanais e participam de forma efetiva às coordenações pedagógicas tanto coletivas como as individuais. Apesar de atuarem em média de um a cinco anos no CIEF, possuem ampla experiência dentro da secretaria de educação já que os mesmos compõem o quadro de servidores à mais de vinte anos.

Em todos os registros dizem ser conhecedores do projeto político-pedagógico do CIEF que participaram e também atuaram no processo de construção do referido documento ao longo do ano de 2014.

A diretora do CIEF relata sua participação na construção do PPP, organizando todo o processo de estudo e elaboração, além de participar na escrita de um de seus capítulos, fazendo também a revisão de todo o texto e por fim organizou a apresentação do PPP à comunidade escolar.

O coordenador pedagógico relata também ter participado de forma ativa na elaboração deste documento inserido em um grupo, ficando responsável pelos

pressupostos teóricos, afirmando também que houve a participação do grupo envolvido. Fato este que ocorreu também com o professor regente ficando este responsável pelo capítulo que trata a avaliação.

[...] O Projeto Político Pedagógico do Centro Integrado de Educação Física (PPP-CIEF) está em consonância com a Lei Nº 4.751/2012 da Gestão Democrática que destaca a participação coletiva como elemento que permeia todo seu processo de construção, considerando a existência de variados sujeitos sociais ativos na escola; os sujeitos, que influenciam e são influenciados nos diferentes espaços de debate [...] (PPP-CIEF p 6,2014).

Quando indagados sobre qual o entendimento que tinham a respeito de trabalho coletivo todos foram concisos em suas afirmações onde aqui destaco o relato da diretora da escola quando diz: *“É o processo coletivo de pensar, estruturar e construir a proposta pedagógica da escola, de forma a envolver e comprometer toda a comunidade na sua participação. Envolvimento das pessoas e inclusão de todos os segmentos escolares”*.

Todavia fatores relevantes foram observados quando o questionamento foi a respeito do envolvimento e motivação do grupo para a construção do PPP do CIEF. Na percepção do professor regente o envolvimento do grupo: *“foi de uma certa forma direcionado e dentro de seu grupo de trabalho, alguns estavam motivados porém, o mesmo não poderia se dizer de outros colegas”*. Fato que o coordenador pedagógico afirmou ter notado *“foi a pouca participação do segmento de pais e alunos”*. Para a diretora houve uma significativa participação de todos envolvidos no processo.

Em relação ao que está contemplado no PPP e a sua prática na dia a dia, todos foram unânimes em relatar que existe esta harmonia, porém o que pode ser observado através de suas respostas foi que há ainda um longo e contínuo caminho a ser percorrido para se alcançar em sua plenitude o que está contemplado neste documento, acrescento ainda a inquietação da diretora da escola sobre a impossibilidade de muitas vezes conseguir consultar todos os segmentos nas suas tomadas de decisões.

O PPP é um documento vivo que está em constante transformação e mudanças, nesse sentido ele deve sempre que necessário se atualizado para que possa contemplar a todos que fazem parte deste contexto, quanto à prática dessas afirmações, porém diante das respostas no que se refere à prática do PPP na escolas todos apontaram para a importância de se trabalhar mais o seu estudo dentro do espaço da coordenação pedagógica.

Ao final foi proposto um momento das considerações sobre o PPP do CIEF as quais transcrevo:

Diretora – *“O documento foi escrito em 2014 e alguns capítulos, principalmente a organização do trabalho pedagógico, devem ser atualizados. O plano de ação foi monitorado em 2015, faremos atualização”.*

Coordenador pedagógico – *“Como estou no segundo ano de efetivo trabalho no CIEF, percebi que com a construção e criação do PPP, nossas relações profissionais e sociais no ambiente de trabalho de uma maneira geral melhoraram de forma satisfatória. O PPP serviu para mediar principalmente nossas relações profissionais e fez com que todos entendessem o nosso compromisso de se fazer uma educação pública de qualidade para nossa comunidade”.*

Professor regente – *“Creio que falta uma reavaliação constante sobre nossas práticas”.*

Segundo Veiga,(2002, p. 3),

[...] a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade.

No primeiro momento toda a comunidade escolar é convidada a participar do processo de construção do PPP da escola, à luz de um processo democrático que garante a expressão de diferentes óticas, na busca de um documento vivo que contemple aos anseios e demandas escolares.

Embora esta garantia de direitos e deveres se faça presente neste documento, a realidade na prática acaba por insistir algumas vezes em andar na contramão do que foi construído.

A efetiva participação na construção coletiva e reflexiva se torna um enorme desafio a ser superado, nas palavras de Veiga (2002, p. 3):

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

O planejamento em grupo requer que as ações sejam de certa forma direcionadas, dentro daquilo que foi contemplado, porém a pouca participação da família, alunos e até de alguns profissionais da educação, ainda acaba por prejudicar tanto na construção como na execução dessas ações.

Segundo os objetivos apresentados neste trabalho foi possível visualizar que embora todos os posicionamentos fossem tomados para a construção coletiva do PPP, ainda sim observou-se na fala de seus interlocutores que muito ainda há de se fazer para que de fato a adesão da comunidade escolar como um todo, seja realmente efetiva.

Acredito que o pouco conhecimento do que este documento representa ainda seja a maior barreira de contraposição aos ideais de uma escola voltada para o futuro e em constante movimento procurando assim contemplar aqueles que buscam um futuro diferente do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um olhar atento ao relatado através deste instrumento de pesquisa foi possível chegar a algumas conclusões a respeito da participação e envolvimento dos sujeitos que contribuíram com esse trabalho.

A construção do projeto político-pedagógico dentro do espaço da coordenação pedagógica no CIEF se tornou um divisor de águas visto que contou de fato com todos os segmentos do escola de forma efetiva, foi feita a divisão de grupos para a escrita de cada capítulo e isso gerou um sentimento de pertencimento que fez com que cada servidor se tornasse autor de uma identidade, apontando um norte no trabalho pedagógico a ser estabelecido.

A partir daí ficou claro a função que cada um deveria passar a exercer e diminuindo os entraves que urgem no dia a dia de um ambiente escolar, proporcionando assim um ambiente mais harmônico nas relações pessoais e profissionais.

Por outro lado algumas inquietações foram reveladas como a falta de um maior engajamento por parte de alguns profissionais que acabam gerando o desconforto no grupo, pondo em risco algumas ações importantes para a escola.

Certos também que o PPP precisa ser mais trabalhado nas coordenações pedagógicas, dando ciência a todos e adaptando-o às demandas de uma sociedade que está em constante transformação, fica lançado o desafio de torná-lo de fato um documento vivo exigindo a mobilização de todos envolvidos no processo, adequando os seus preceitos com vistas a uma educação de qualidade na formação de cidadãos críticos e capazes em sua inserção na sociedade.

O espaço de coordenação pedagógica se torna um momento privilegiado para as demandas que fluem das vivências pessoais, garantindo assim, a aplicação na prática dos saberes construídos de forma a garantir a horizontalidade na tomada de decisões, que é o que preconiza o princípio da gestão democrática.

Quando todos estão abertos ao diálogo, gera um sentimento de pertencimento favorecendo assim o trabalho pedagógico na intencionalidade de

aprimorar o conhecimento do educando através da busca de uma constante de formação continuada.

Com isso naturalmente gera no grupo a vontade de crescer profissionalmente resgatando assim aqueles profissionais que se encontravam desestimulados a desempenhar o seu papel de educador e que por isso deixaram de acreditar que a mudança é possível.

E que por essa falta de estímulo deixam de enxergar a importância do PPP, garantindo de forma explícita que já “sabem” de tudo ou já “viram”, fechando a janela do conhecimento, fazendo assim com que não reconheçam este projeto construído a várias mãos.

Valorizar o Projeto político-pedagógico dentro do espaço da coordenação pedagógica através de estudos e modificá-lo no momento em que for preciso, e claro dentro de um processo democrático, abrirá caminhos para as próximas gerações poderem ter acesso a uma escola de qualidade.

Ao se considerar a escola pesquisada de natureza específica e suas particularidades, no que diz respeito às suas práticas pedagógicas, em uma análise concisa dos dados foi possível evidenciar que a pesquisa atendeu de modo satisfatório as expectativas. Em um olhar atento às atribuições do coordenador pedagógico, pode-se ressignificar suas ações e inquietudes diante das limitações que estes profissionais enfrentam em seu cotidiano escolar.

Considerando ainda todas as dificuldades ao se realizar esta pesquisa, novas perspectivas devem ser lançadas com o objetivo de ratificar a atuação da comunidade escolar e todas as suas potencialidades na construção do Projeto Político-Pedagógico de uma escola de natureza específica, bem como aos documentos que regulamentam as propostas pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – **Referências**

Bibliográficas – NBR 6023/2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – **Trabalhos Acadêmicos**

– Apresentação NBR 14724/2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – **Citações em**

documentos – Apresentação NBR – 10520/2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS – **Sumário** – Apresentação

NBR -6027/2002.

BRASIL, Ministério de Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares**

Nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília:

MEC/SEF, 96p. 1997.

BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA L. R. de; CHRISTOV, L. H. da S. (org.). **O coordenador**

pedagógico e a formação docente. São Paulo, Ed. Loyola.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -

SEDF. ***Currículo em Movimento da Educação Básica***, Brasília-DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal -

SEDF. ***Orientação Pedagógica Projeto Político-pedagógico e coordenação pedagógica nas escolas***, Brasília-DF, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal –

SEDF. **Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 6º Ed. –

Brasília DF.

FERNANDES, Rosana C. de A. **A educação continuada de professores no**

espaço e tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões. In: VEIGA, I. P.

A.; SILVA, E. F. da (Org.). *A Escola mudou*. Que mude a formação de professores!
3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. – 4. Reimpr. –
São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de
Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

Políticas de Educação no Distrito Federal: evolução e perspectivas / José Vieira
de Sousa (organizador) – Brasília: Faculdade de Educação / Universidade de
Brasília Distrito Federal; Líber Livro, 2012.

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-
Pedagógico**. CIEF (Centro Integrado de Educação Física), 2014-2016.

RIOS, Terezinha. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico**. In Séries
ideias. São Paulo, FDE, 1982.

SILVA, Edileusa F. da. **A coordenação pedagógica como espaço de organização
do trabalho escolar: o que temos e o que queremos**. Quem Sabe Faz a Hora de
Construir O Projeto Político-pedagógico. IPA Veiga – 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto Político-Pedagógico: Uma
Relação Regulatória ou Emancipatória**. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n.61, p.
267-281, Dezembro 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola:
uma construção possível**. 14ª edição, Papyrus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Quem sabe faz a hora de construir o
Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

VENÂNCIO, L. **O projeto político-pedagógico e a educação física escolar: um
processo de construção coletiva**. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade
Estadual Paulista, Rio Claro, 2005a.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Brasília: Paralelo 15,
Editora Universidade de Brasília, 1999.

VIEIRA, J. G. S. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Ed. Fael, 2010.

Apêndice



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

QUESTIONÁRIO

Este questionário é parte integrante de pesquisa contribuindo para a tabulação da Monografia de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília, cujo objetivo consiste em analisar a o processo de construção do projeto político-pedagógico de uma escola de natureza específica da rede pública de ensino do DF. Afirmando que será mantido o sigilo das informações aqui registradas caso seja esta a vontade do participante.

Pesquisador: Eduardo José Mendanha.

Pesquisado: _____.

U.E de atuação: _____.

Cargo/Função: _____.

1. Qual o seu nível de formação;

- () Superior completo.
- () Especialização.
- () Mestrado.
- () Doutorado.

2. Qual a sua carga horária de trabalho na SEE?

- 20 h semanais.
- 40 h semanais.
- 60 h semanais.

3. A quanto tempo você atua no CIEF?

- 1 a 5 anos.
- 5 a 10 anos.
- 10 a 20 anos.
- Mais de 20 anos.

4. Você conhece o PPP do CIEF?

- Sim.
- Não.

5. Você participou do processo de construção do PPP/CIEF?

- Sim.
- Não.

Se sim, conte-nos de que forma foi a sua participação:

6. O que você entende do que venha a ser “trabalho coletivo”.

7. Na sua percepção houve um envolvimento e motivação do grupo para a construção do PPP no CIEF? Porquê?

8. Na sua visão existe uma relação do que está contemplado no PPP e o que vem sendo praticado por você no CIEF? Porque?

9. O PPP não é apenas um documento para ser apresentado quando solicitado deve ser vivo em suas propostas. Na sua vivência neste espaço escolar, o que foi construído no PPP é praticado? Porque?

10. Deixe aqui as suas considerações sobre o PPP do CIEF:

Obrigado por sua colaboração.

